

INFORME PED

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser



PESQUISA DE
EMPREGO E
DESEMPREGO

NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

ANO 9

Número Especial

JANEIRO/2000

TIRAGEM: 1.100 exemplares

Desempenho do mercado de trabalho na RMPA em 1999*

O desempenho do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre mostrou-se bastante desfavorável em 1999, segundo as informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego. A taxa de participação — indicador que expressa a proporção da População em Idade Ativa incorporada ao mercado de trabalho — alcançou 58,3%, o mais alto percentual de toda a série da PED-RMPA, em razão do ingresso de 100 mil pessoas no mercado de trabalho. Tendo em vista que o número médio de ocupados durante o ano aumentou em 29 mil pessoas, observou-se importante ampliação do contingente de desempregados.

O incremento de 71 mil pessoas na condição de desemprego elevou o contingente estimado para 331 mil desempregados, aprofundando a tendência de crescimento observada pelo quarto ano consecutivo. A taxa média de desemprego total alcançou 19,0% frente aos 15,9% observados em 1998. Esse acréscimo decorreu da elevação conjunta das taxas de desemprego aberto e, principalmente, do oculto.

O nível médio de ocupação apresentou, em 1999, um crescimento bastante inferior ao ocorrido no ano anterior. Com um crescimento de 2,1%, o número de ocupados atingiu a média anual de 1.409 mil pessoas na Região. Dentre as formas de inserção no mercado de trabalho, as que cresceram foram as de trabalho assalariado sem carteira de trabalho assinada, autônomos e empregados domésticos, todas marcadas pela precariedade.

Os rendimentos médios reais do trabalho na RMPA, em 1999, apresentaram redução de 3,6% para o total de ocupados e de 1,6% para os assalariados. Em valores monetários a preços de novembro de 1999, o rendimento médio passou a R\$ 633,00, e o salário médio, a R\$ 636,00.

Tabela A

Principais indicadores do mercado de trabalho na RMPA — 1993-99

DISCRIMINAÇÃO	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	$\Delta\%$ 1999/1998
POPULAÇÃO TOTAL	3 133	3 202	3 272	3 242	3 412	3 491	3 576	2,4
PIA	2 534	2 618	2 674	2 764	2 824	2 894	2 984	3,1
PEA	1 445	1 438	1 487	1 509	1 526	1 640	1 740	6,1
Ocupados	1 269	1 276	1 327	1 311	1 321	1 380	1 409	2,1
Desempregados	176	162	160	198	205	260	331	27,3
Taxa de participação (%)	57,0	54,9	55,6	54,6	54,0	56,7	58,3	2,8
Taxas de desemprego (%)								
Total	12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	15,9	19,0	19,5
Aberto	7,3	8,0	8,1	9,1	9,6	11,2	12,1	8,0
Oculto	4,9	3,3	2,6	4,0	3,8	4,7	6,9	46,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Os dados são estimados em 1.000 pessoas, sendo a estimativa da população total elaborada pelo Núcleo de Indicadores Sociais da FEE.

* A análise dos indicadores refere-se a médias anuais. Para os rendimentos do trabalho, consideraram-se os resultados médios obtidos de janeiro a novembro de cada ano.



Apresentação

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) tem por objetivo conhecer e acompanhar a situação do mercado de trabalho regional, através de levantamento sistemático, com periodicidade mensal, de dados sobre emprego, desemprego e rendimentos da População Economicamente Ativa (PEA).

As informações, provenientes de uma amostra de cerca de 7.500 domicílios, são divulgadas mensalmente e resultam de médias móveis trimestrais dos dados coletados, compondo uma série mensal, com início no mês de junho de 1992.

Implantada pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), órgão vinculado à Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, a PED-RMPA é executada mediante convênio com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social-Sistema Nacional de Emprego (FGTAS/SINE-RS), com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE-SP) e com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). A Pesquisa conta, também, com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Com a interveniência do Sistema Nacional de Emprego (SINE-RS), o Ministério do Trabalho colabora no financiamento das pesquisas, conforme Resolução nº 55, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), de 04 de janeiro de 1994.

A PED-RMPA utiliza metodologia desenvolvida pelo DIEESE e pela Fundação SEADE-SP, já aplicada em pesquisas idênticas nas áreas metropolitanas de São Paulo (desde 1985), Belém (desde 1988), Brasília (desde 1991), Curitiba (desde 1994), Belo Horizonte (desde 1995), Salvador (desde 1997), estando em fase de implantação em Recife. Em termos conceituais e metodológicos, a PED diferencia-se de outras pesquisas dessa natureza por ampliar o conceito de desemprego e por torná-lo mais adequado à realidade de países como o Brasil, onde a inserção da população ativa no mercado de trabalho é marcada por uma grande heterogeneidade. Assim sendo, a PED possibilita captar formas de desemprego que são comuns e importantes no mercado de trabalho brasileiro, tais como o desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento, permitindo, com isso, fazer avaliações mais fidedignas da situação de trabalho e de vida da classe trabalhadora.

A PED-RMPA é importante instrumento para que se possa conhecer o perfil da População Economicamente Ativa da região, bem como a dinâmica e as características do mundo do trabalho, sendo, portanto, de grande utilidade para toda a sociedade gaúcha. No âmbito do poder público, a Pesquisa subsidiará decisões governamentais, não apenas no que se refere à área do trabalho, mas também as concernentes ao campo econômico e à política de emprego de um modo geral. Para empresários e trabalhadores, tanto quanto para a investigação acadêmica, esta Pesquisa se reveste de especial interesse, pois permite o acompanhamento dos níveis de ocupação, desemprego e rendimentos, além de outros estudos específicos, proporcionando elementos fundamentais para o equacionamento de problemas sócio-econômicos que afetam a sociedade como um todo.

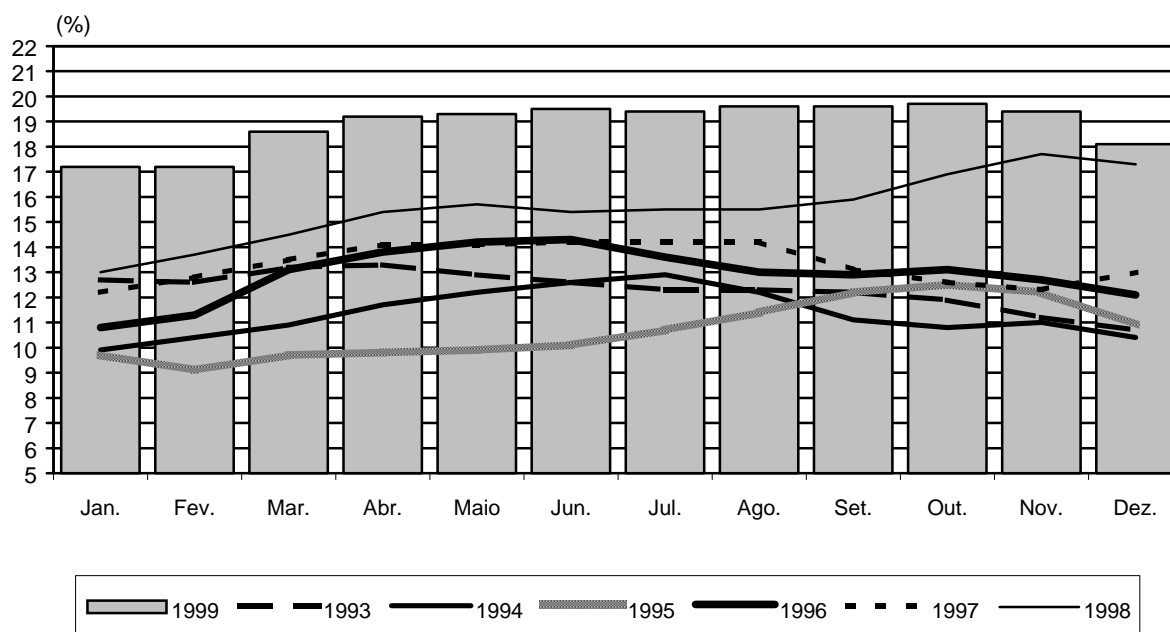
Análise dos Dados

Desemprego

1 - A taxa média de desemprego total na Região Metropolitana de Porto Alegre, em 1999, passou para 19,0% da PEA, face aos 15,9% registrados em 1998, representando um aumento ainda mais significativo do que o verificado no ano anterior. Dessa forma, o desemprego atinge o mais alto patamar médio anual desde o início da Pesquisa, em 1993, dando continuidade ao movimento ascendente iniciado em 1996. Estima-se, no ano em análise, um contingente médio de 331 mil pessoas desempregadas na Região.

Gráfico A

Taxa de desemprego total na RMPA — 1993-99



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

2 - A taxa média global de participação — indicador que expressa a proporção da População em Idade Ativa (PIA) incorporada no mercado de trabalho na condição de ocupada ou desempregada — atingiu a mais alta taxa média da série PED-RMPA, aumentando de 56,7% em 1998 para 58,3% em 1999, o que equivale ao ingresso de 100 mil pessoas no mercado de trabalho. Tal movimento, associado ao desempenho da ocupação (29 mil novos postos de trabalho), resultou na expressiva ampliação do contingente de desempregados (71 mil pessoas). De modo geral, pode-se afirmar que os principais indicadores do mercado de trabalho continuaram apresentando o mesmo movimento ocorrido no ano anterior. Todavia, no que se refere ao desempenho da ocupação, o crescimento registrado foi bem menos intenso do que o observado em 1998. Conseqüentemente, no ano em análise, ocorreu um aumento mais expressivo no contingente da população desempregada, uma vez que a oferta da força de trabalho (PEA) se manteve em elevação.

3 - O comportamento da taxa média de desemprego decorreu, em 1999, da elevação conjunta das taxas médias de desemprego para todos os tipos que compõem o desemprego total. O desemprego oculto foi aquele que apresentou o aumento mais expressivo, passando de 4,7% em 1998 para os atuais 6,9%, enquanto o desemprego aberto passou de 11,2% para 12,1%. Destaca-se que o primeiro, mesmo apresentando taxas médias de desemprego inferiores às do segundo, agregou ao contingente de desempregados 43 mil pessoas, enquanto o desemprego aberto acrescentou um contingente bem menor: 28 mil pessoas. A eleva-

ção do desemprego oculto foi determinada pelo crescimento tanto das taxas médias do desemprego oculto pelo trabalho precário, que passou de 3,2% para 4,8%, quanto pelo desemprego oculto pelo desalento, que variou de 1,5% para 2,1%. Acrescenta-se, ainda, que o desemprego aberto manteve trajetória de crescimento desde o início da Pesquisa, e o oculto apresentou elevação pelo segundo ano consecutivo. Estima-se, para o ano em análise, que 211 mil pessoas estavam na condição de desemprego aberto e 120 mil na de desemprego oculto.

4 - Na análise por atributos pessoais, houve, em 1999, expansão da taxa média de desemprego para todos os segmentos populacionais. Os aumentos mais expressivos desse indicador foram registrados entre os homens (de 13,7% para 16,7%), indivíduos com idade igual ou superior a 40 anos (de 9,4% para 12,2%), chefe no domicílio (de 9,9% para 12,2%) e pessoas de cor não branca (de 20,2% para 25,8%). Concomitantemente ao crescimento do desemprego, observou-se elevação da taxa média de participação para quase todos os segmentos. Excetuam-se as taxas de participação dos homens e dos chefes de domicílio, que apresentaram relativa estabilidade no ano em análise, sugerindo que parte dos indivíduos desses segmentos vem perdendo ocupações no mercado de trabalho. Destaca-se, em 1999, que os chefes de domicílio atingiram a maior taxa média de desemprego (12,2%) desde o início da Pesquisa e que, pela primeira vez, a taxa de desemprego entre os jovens de 10 a 17 anos ultrapassou os 50% da respectiva PEA.

5 - O tempo médio despendido pelo conjunto de desempregados na procura de trabalho aumentou de 40 semanas em 1998 para 46 semanas em 1999 (cerca de 11 meses), mantendo a trajetória ascendente iniciada em 1996. Destaca-se que, para os que se encontravam na situação de desemprego oculto, o tempo médio de procura atingiu 59 semanas, representando cerca de 14 meses no ano em análise.

Ocupação

6 - Em 1999, o nível de ocupação na RMPA cresceu, embora com um incremento inferior ao do ano anterior. Com um crescimento de 2,1%, foram gerados 29 mil postos de trabalho, alcançando um contingente médio estimado de 1.409 mil pessoas ocupadas na Região.

7 - Conforme o setor de atividade, a evolução do nível ocupacional foi a seguinte:

indústria - pela primeira vez na série de médias anuais, houve ampliação do contingente em 7 mil postos de trabalho;

comércio - criação de 6 mil postos de trabalho;

serviços - geração de 18 mil ocupações;

construção civil - eliminação de 4 mil ocupações no setor;

serviços domésticos - incremento de 3 mil novas ocupações.

8 - Embora com desempenho mais fraco do que no ano anterior, o principal responsável pelo aumento da ocupação em 1999 continuou sendo o setor serviços, que vem apresentando movimento ascensional ao longo de toda a série da PED-RMPA. O resultado do ano em análise está associado, principalmente, ao bom desempenho dos ramos serviços comunitários, serviços de alimentação, serviços auxiliares e oficinas de reparação mecânica e educação. Esses ramos, em conjunto, foram responsáveis pela quase-totalidade dos postos gerados no setor.

9 - Contudo o destaque especial no ano em análise é o desempenho da indústria, que apresentou, pela primeira vez na série pesquisada, crescimento anual da ocupação. Esse resultado interrompe o movimento de retração do emprego industrial observado ao longo de toda a série da PED-RMPA e que, até 1998, havia acumulado uma perda de 48 mil empregos. A retomada do crescimento da ocupação industrial em 1999 foi sustentada, basicamente, pela recuperação do setor calçadista, secundado pelo bom desempenho da indústria mecânica. Esta última apresentou crescimento ocupacional pelo segundo ano consecutivo.

10 - O comércio deu continuidade ao movimento de expansão da ocupação verificado a partir de 1997. Assim como foi observado no setor serviços, o incremento de 2,5% na ocupação comercial, verificado no ano em análise, ficou em menor patamar frente ao ocorrido no ano anterior. A geração de postos de trabalho no comércio ficou distribuída entre o comércio varejista e o atacadista.

11 - Nos serviços domésticos, as ocupações geradas no ano determinaram um crescimento de 2,4% no seu contingente de trabalhadores, mantendo, com menor intensidade, o movimento verificado em 1998.

12 - Quanto à construção civil, foi o único setor a apresentar desempenho negativo (-4,8%). À semelhança do observado no ano anterior, em 1999 houve crescimento unicamente no ramo de reformas e reparação de edificações, segmento que mais cresceu ao longo da série da PED-RMPA. No segmento da construção de edificações e obras de infra-estrutura, o nível ocupacional retraiu-se. Com o incremento verificado no ano em análise, reformas e reparação de edificações, que absorvia 26,7% do total da ocupação do setor em 1993, passou a ser responsável por mais da metade (53,7%) da mão-de-obra ocupada na construção civil em 1999.

13 - No ano em análise, além da insuficiência dos postos de trabalho gerados, o desempenho da ocupação refletiu uma realidade pouco positiva, com o aprofundamento da informalidade e da precarização no mercado de trabalho regional. O incremento ocupacional ocorreu exclusivamente em formas de inserção marcadas por maior precariedade e/ou ausência de regulamentação: assalariamento sem carteira de trabalho assinada, trabalho autônomo e emprego doméstico. Essas modalidades atingiram, em 1999, seus maiores contingentes na série da PED-RMPA (Tabela B).

Tabela B

Estimativa do número de ocupados, por posição na ocupação, na RMPA — 1993-98

DISCRIMINAÇÃO	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	VARIAÇÃO ABSOLUTA <u>1999</u> <u>1998</u>
OCUPADOS	1 269	1 276	1 327	1 311	1 321	1 380	1 409	29
Assalariados	862	871	894	859	859	877	890	13
Setor público (1)	192	193	182	187	176	174	170	-4
Setor privado	670	678	712	672	683	703	720	17
Com carteira assinada ...	581	580	602	579	593	600	596	-4
Sem carteira assinada ...	89	98	110	93	90	103	124	21
Autônomos	209	204	220	231	246	253	266	13
Empregados domésticos	77	85	94	96	95	105	108	3
Outros (2)	121	116	119	125	121	146	145	-1

FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE.

NOTA: Estimativas em 1.000 pessoas.

(1) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc. (2) Engloba empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, etc.

14 - O emprego formal regulamentado sofreu redução tanto pelo desempenho negativo do assalariamento com carteira assinada no setor privado da economia (-0,7%) quanto pela queda do emprego no setor público (-2,4%). Neste último, a eliminação de 4 mil postos de trabalho no ano em análise dá continuidade ao movimento de retração iniciado em 1997, acumulando uma perda de 17 mil empregos nos últimos três anos.

15 - Dentre as formas de inserção que cresceram, a variação de maior expressão foi encontrada no assalariamento sem registro do contrato em carteira, com um incremento de 20,4% (21 mil postos), intensificando o desempenho registrado em 1998. Não menos importante foi o crescimento do contingente dos trabalhadores autônomos, que, ao agregar 13 mil novos ocupados, deu seqüência ao movimento de constante expansão iniciado em 1995. Cabe salientar que, no ano em análise, essa expansão foi sustentada principalmente pelo segmento de autônomos que trabalham para empresas. Por fim, embora com menor volume de postos de trabalho gerados (3 mil), o emprego doméstico também contribuiu para elevar o nível de ocupação na RMPA em 1999.

16 - A jornada semanal média trabalhada pelo conjunto de ocupados na RMPA aumentou em uma hora, alcançando o patamar de 44 horas em 1999. Já a jornada média específica do conjunto dos assalariados se

manteve estável em 43 horas semanais. Do ângulo dos principais setores de atividade econômica, observa-se incremento de uma hora na jornada média da indústria e do comércio tanto para o conjunto dos ocupados quanto para o segmento dos assalariados. Quanto ao setor serviços, constata-se estabilidade na jornada do conjunto dos ocupados e incremento de uma hora para o segmento dos assalariados (Tabela C).

Tabela C

Horas semanais trabalhadas pelos ocupados e assalariados no trabalho principal, segundo setores de atividade econômica, na RMPA — 1998-99

SETORES	JORNADA MÉDIA SEMANAL				% DOS QUE TRABALHAM MAIS DE 44 HORAS SEMANAIS			
	Ocupados		Assalariados		Ocupados		Assalariados	
	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999
Total	43	44	43	43	38,1	43,0	34,5	39,2
Indústria	43	44	43	44	34,3	42,2	31,7	39,6
Comércio....	48	49	46	47	55,4	59,7	51,8	57,7
Serviços	43	43	41	42	36,9	40,6	32,2	35,3

FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE.

17 - Todavia o movimento que merece destaque no ano em análise não é tanto o comportamento da jornada média, mas, sim, o do percentual de trabalhadores que cumprem jornadas superiores a 44 horas semanais, que cresceu de forma generalizada pelo segundo ano consecutivo. Em 1999, houve aumento deste último indicador tanto para ocupados quanto para assalariados, repetindo o comportamento registrado em 1998. No caso do total de ocupados, esse percentual passou de 38,1% para 43,0% em 1999, e, para os assalariados, de 34,5% para 39,2%. O crescimento desse indicador se fez presente em todos os principais setores da economia, atingindo igualmente o total de ocupados e o segmento dos assalariados. Entre os setores econômicos, as maiores variações foram encontradas na indústria, cujo nível ocupacional também cresceu em 1999 — entre os ocupados, o percentual de trabalhadores industriais com jornada superior a 44 horas passou de 34,3% para 42,2%, e, entre os assalariados, esse indicador passou de 31,7% para 39,6%.

Rendimentos

18 - Os rendimentos médios reais do trabalho na RMPA, no período jan.-nov./99, apresentaram redução de 3,6% para o total de ocupados e de 1,6% para os assalariados. No primeiro caso, a retração ocorreu pelo segundo ano consecutivo, e o rendimento médio passou a R\$ 633,00 em valores de nov./99. O salário médio anual, por sua vez, caiu para R\$ 636,00 (Tabela 6).

19 - Mantendo o comportamento observado no ano anterior, a queda nos rendimentos médios reais dos ocupados foi generalizada para todos os grupos de rendimentos. Todavia as reduções mais intensas ocorreram entre os trabalhadores mais pobres, havendo uma relação inversa entre patamar de rendimentos e perda de renda. Assim, o rendimento médio do grupo composto pelos 25% dos ocupados com menores rendimentos (Grupo 1) sofreu retração de 7,8%, passando a R\$ 164,00, enquanto o rendimento médio real do grupo que agrega os 25% dos ocupados com maiores rendimentos (Grupo 4) foi de R\$ 1.506,00 no período analisado, com uma queda de 2,0% (Tabela 8).

20 - Entre os assalariados, o único grupo que obteve variação positiva nos rendimentos pelo segundo ano consecutivo foi o de maiores rendimentos (Grupo 4), que, com uma variação de 0,7%, alcançou R\$ 1.439,00. Para os demais assalariados, observam-se reduções nos rendimentos médios em todos os grupos, ressaltando-se que a maior queda ocorreu no Grupo 2 (-5,2%).

21 - Contrariamente ao acontecido nos quatro anos anteriores, em 1999 o salário médio no setor privado apresentou uma retração sensível (-3,2%). Tomando-se em conta o comportamento segundo os principais setores econômicos, observa-se uma retração generalizada nos rendimentos, sendo maior no comércio (-6,0%), seguido da indústria (-4,8%) e dos serviços (-1,7%). No setor público, após dois anos seguidos de queda, houve uma elevação de 4,2% no rendimento médio real (Tabela 10).

22 - Considerando-se o comportamento dos salários segundo a modalidade de contratação, constata-se que, entre os assalariados que possuem carteira de trabalho assinada, o salário médio caiu 3,1%, enquanto, entre os que não possuem esse registro legal, ocorreu uma elevação de 4,5%. A despeito desse comportamento, contrário ao observado nos três anos anteriores, o salário médio percebido pelo trabalhador sem carteira assinada representa apenas 68,4% do rendimento médio do assalariado com carteira assinada.

23 - Entre os trabalhadores não assalariados, destaca-se a queda observada nos rendimentos médios reais dos autônomos e dos empregadores pelo segundo ano consecutivo. As reduções foram muito semelhantes, de 3,8% no primeiro caso e de 3,9% no último.

24 - Em 1999, registrou-se interrupção na elevação das massas de rendimentos ocorrida nos quatro anos anteriores. Observou-se redução de 2,1% para os ocupados e de 0,5% para os assalariados devido à retração nos rendimentos médios reais, dado que a ocupação cresceu em ambos os casos, mas não o suficiente para contrabalançar a redução dos rendimentos (Tabela 11).

Tabela D

Rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal, segundo posição na ocupação — jan.-nov.1993/99

(R\$)

ANOS	TOTAL	ASSALARIADOS (1)			AUTÔNOMOS	EMPREGADORES
		Total	Setor Privado	Setor Público (2)		
1993	583	598	504	928	480	1 278
1994	556	566	478	871	485	1 305
1995	608	593	519	890	604	1 617
1996	651	649	556	982	608	1 636
1997	665	645	563	964	635	1 660
1998	651	646	569	959	572	1 595
1999	632	636	551	1 000	550	1 532

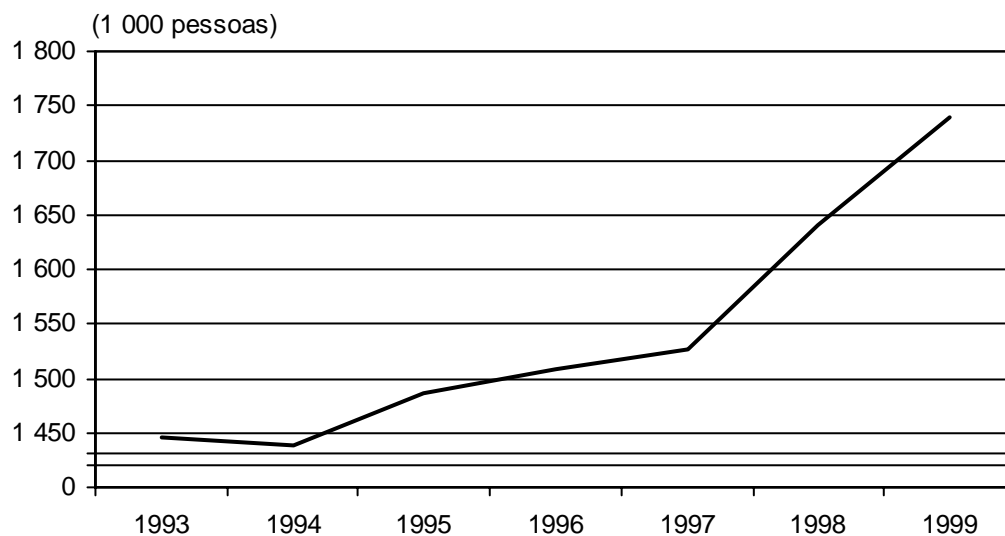
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Inflator utilizado IPC-IEPE; valores em reais de nov./99.

(1) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no período e os empregados domésticos. (2) Engloba empregos nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, nas fundações, etc.

Gráfico 1

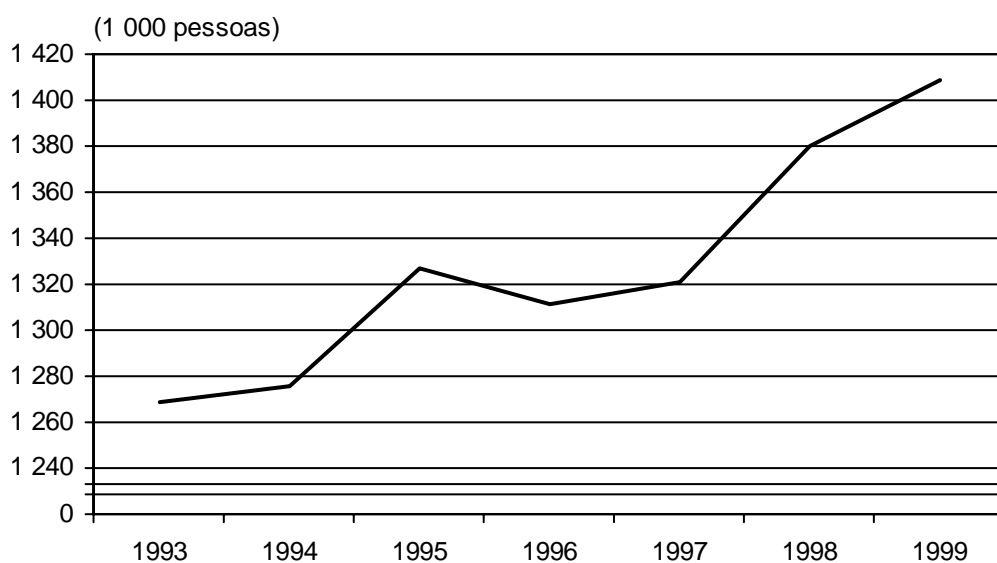
Estimativas médias anuais da População Economicamente Ativa da RMPA — 1993-99



FONTE: Tabela 1.

Gráfico 2

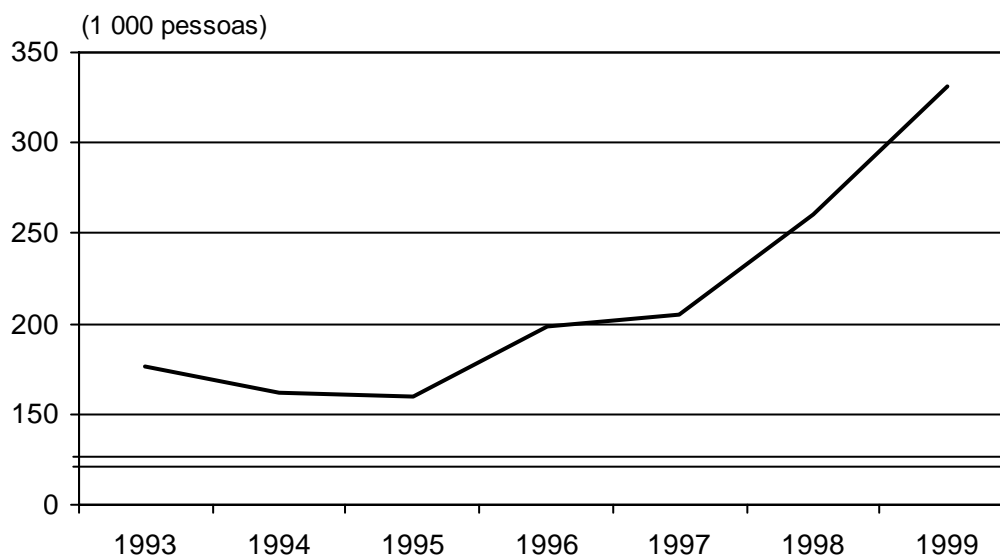
Estimativas médias anuais do número de pessoas ocupadas na RMPA — 1993-99



FONTE: Tabela 1.

Gráfico 3

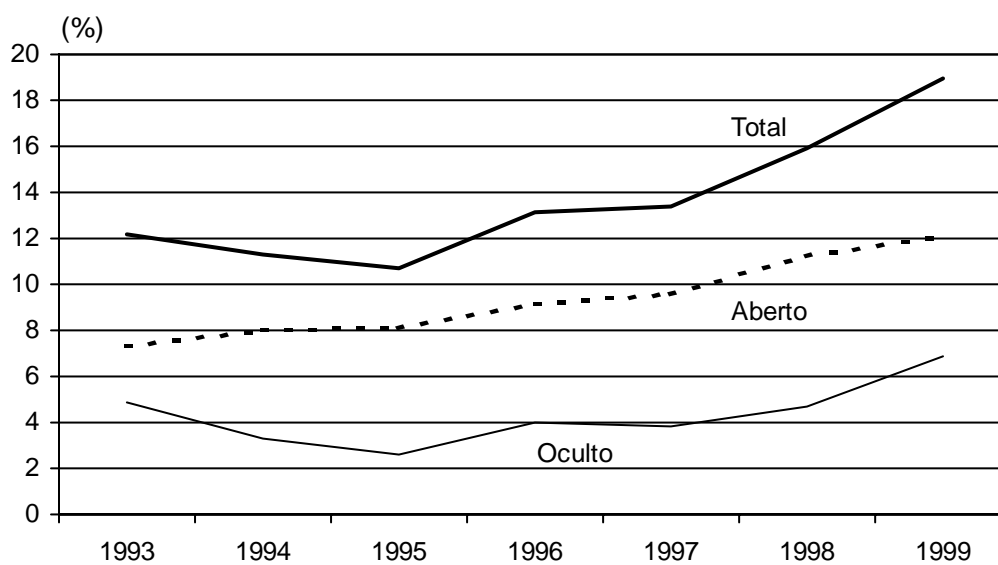
Estimativas médias anuais do número de pessoas desempregadas na RMPA — 1993-99



FONTE: Tabela 1.

Gráfico 4

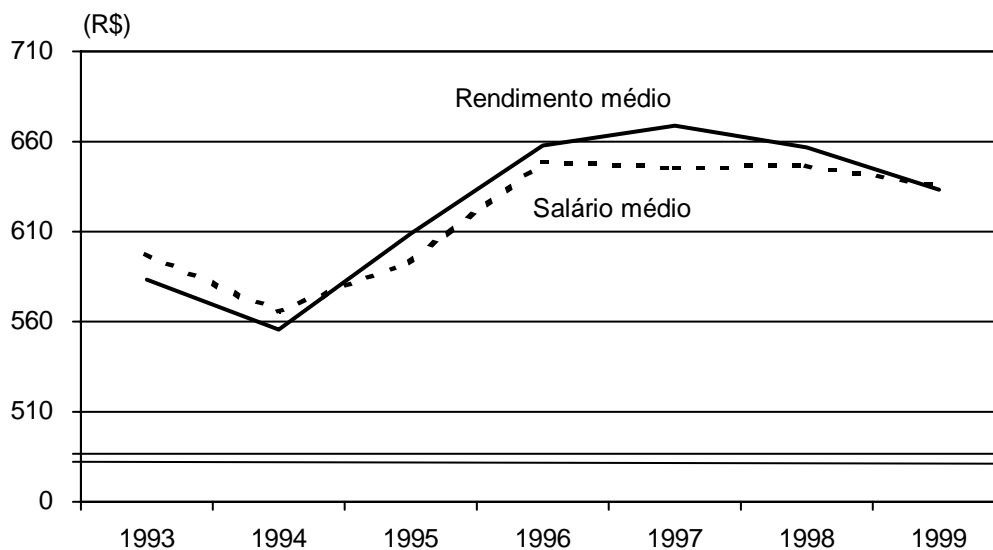
Taxas médias anuais de desemprego, por tipo, na RMPA — 1993-99



FONTE: Tabela 2.

Gráfico 5

**Rendimento médio anual dos ocupados e dos assalariados
no trabalho principal, na RMPA — jan.-nov. 1993/99**

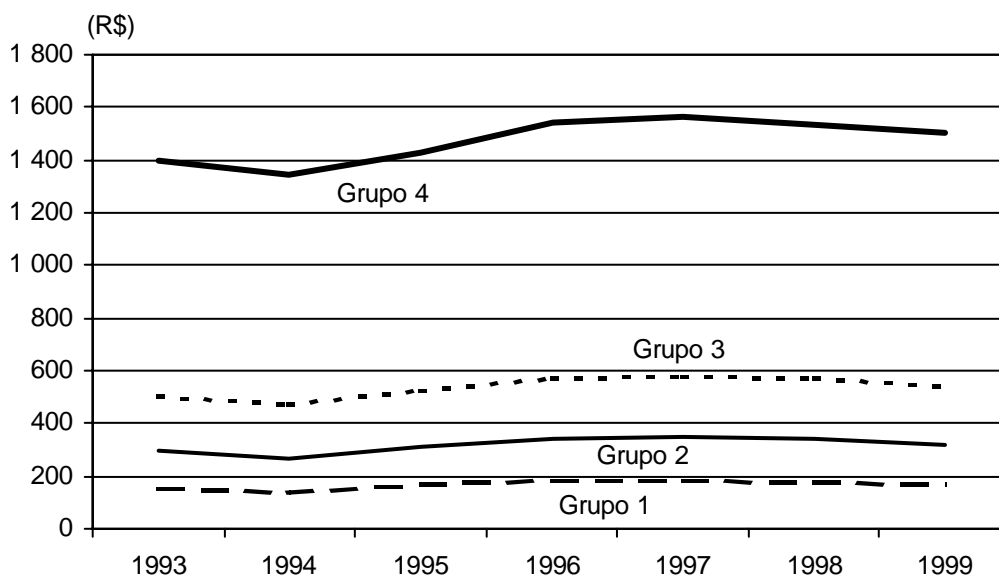


FONTE: Tabela 6.

NOTA: Em reais de nov./99.

Gráfico 6

**Rendimento médio anual dos ocupados e dos assalariados
no trabalho principal, na RMPA — jan.-nov. 1993/99**

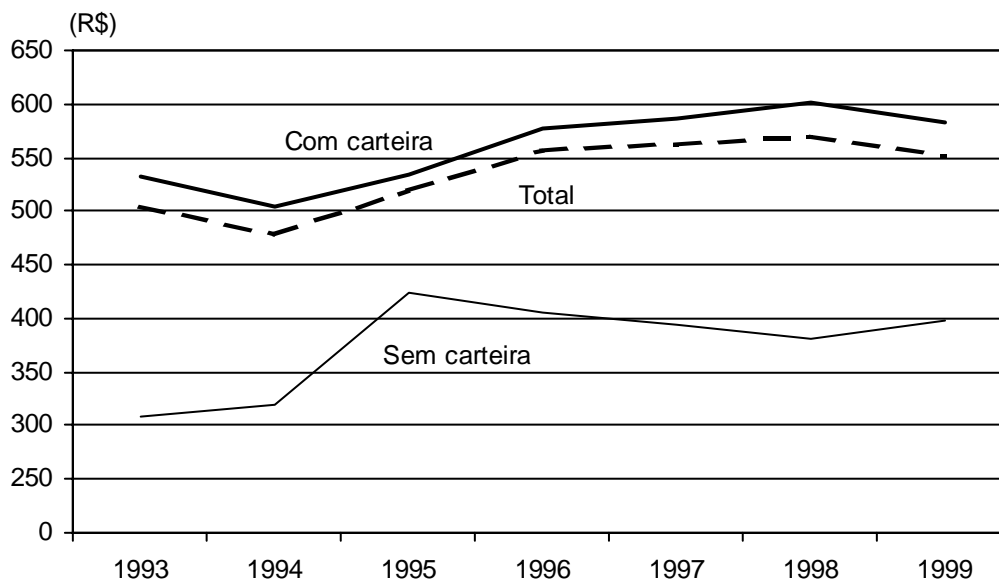


FONTE: Tabelas 6 e 7.

NOTA: Em reais de nov./99.

Gráfico 7

Salário anual médio real, no trabalho principal, dos assalariados no setor privado, segundo o registro em carteira de trabalho, na RMPA — jan.-nov. 1993/99

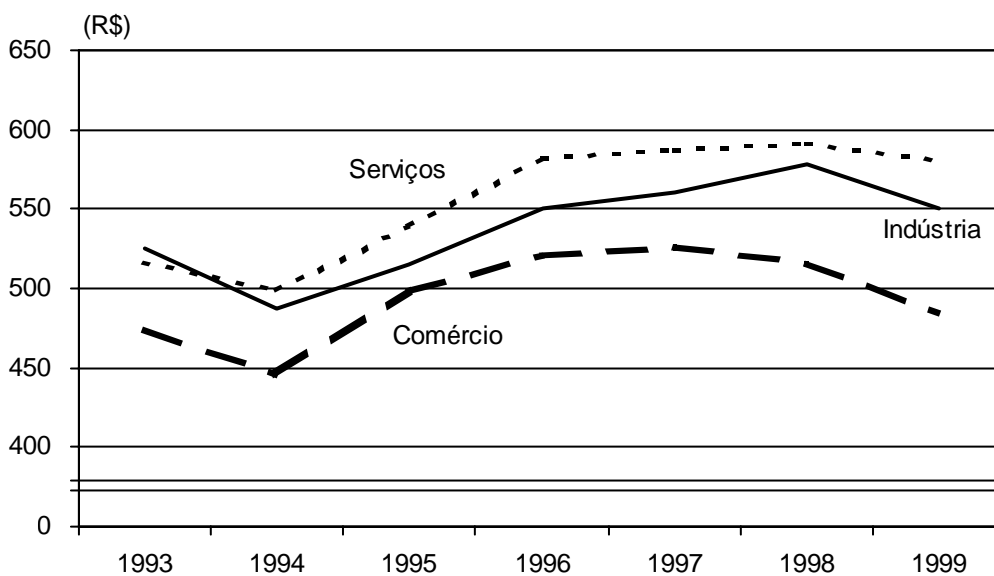


FONTE: Tabela 9.

NOTA: Em reais de nov./99.

Gráfico 8

Salário anual médio real, no trabalho principal, dos assalariados no setor privado, segundo o setor de atividade econômica, na RMPA — jan.-nov. 1993/99

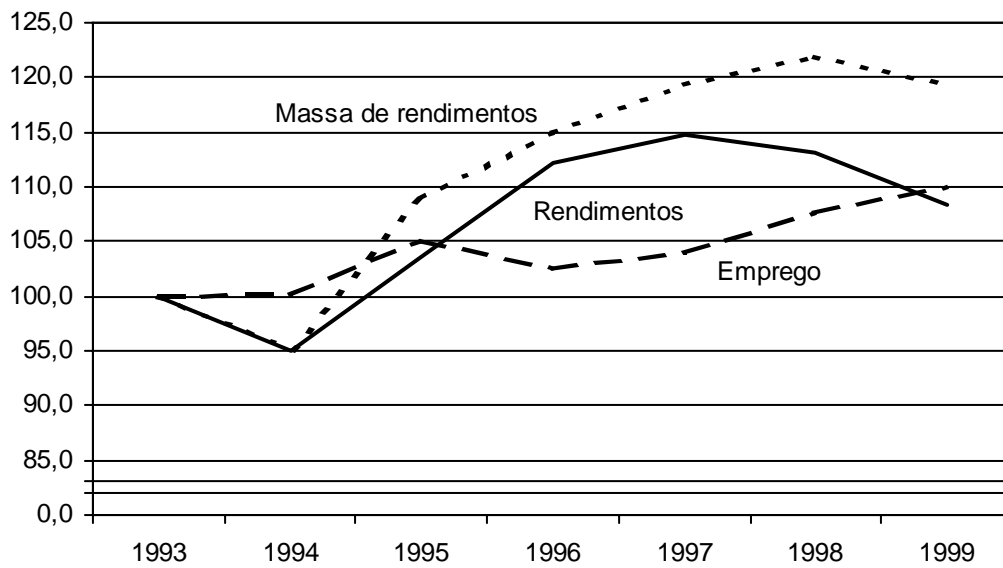


FONTE: Tabela 9.

NOTA: Em reais de nov./99.

Gráfico 9

Índices das médias anuais dos níveis de emprego, do rendimento médio real e da massa de rendimentos dos ocupados na RMPA — jan.-nov. 1993/99



FONTE: Tabela 11.

NOTA: Base: média de 1993 = 100.

Notas metodológicas

1 - A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED/RMPA) tem como unidade amostral o domicílio da área urbana dos 22 municípios que compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre. São pesquisados em torno de 2.500 domicílios por mês, sem repetição das unidades selecionadas, de modo a garantir a aplicação efetiva de questionários em, no mínimo, 6.000 domicílios por trimestre. A pesquisa coleta informações sobre os moradores do domicílio, sendo realizadas entrevistas individuais com as pessoas de 10 ou mais anos de idade.

As informações divulgadas mensalmente referem-se a médias móveis trimestrais dos dados levantados, as quais são assumidas como resultado do mês de encerramento do trimestre. Deste modo, os resultados de junho correspondem à média do trimestre abril, maio e junho; os resultados de julho, à do trimestre maio, junho e julho; e assim, sucessivamente.

2 - Expansão da amostra

As estimativas populacionais divulgadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED/RMPA) são obtidas a partir de critérios que combinam as estimativas da população total da Região Metropolitana, elaboradas pela FEE, e os resultados da própria Pesquisa.

Deste modo, a expansão da amostra, com vistas à obtenção das estimativas dos números absolutos da População Economicamente Ativa, dos ocupados, dos desempregados e dos inativos, em cada mês, tem como ponto de referência a estimativa da População em Idade Ativa (com dez anos e mais) - PIA, a qual é obtida através do produto da população residente na Região Metropolitana de Porto Alegre, estimada, pela participação média da população em idade ativa na população total da amostra da PED no semestre.

A respeito dos procedimentos adotados para obtenção das estimativas populacionais da PED cabe, ainda, destacar dois aspectos:

- a população da Região Metropolitana de Porto Alegre foi projetada considerando-a como parte da população residente total do Estado do Rio Grande do Sul, estimada. Essa participação foi obtida através de um modelo logístico baseado em informações censitárias de 1980 e 1991 e intercensitárias da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE. Os detalhamentos técnicos desse processo encontram-se no estudo "**Projeção Mensal da População da Região Metropolitana de Porto Alegre - nota metodológica**", de Maria de Lourdes Jardim, do Núcleo de Sistematização de Indicadores, da FEE.
- os critérios utilizados na expansão da amostra da PED atendem a uma necessidade imediata da Pesquisa e incorporam informações demográficas disponíveis. Quando da divulgação definitiva do Censo Demográfico de 1991, ou sempre que houver novas projeções, a PED/RMPA recalculará as séries números absolutos referentes às variáveis da Pesquisa.

3 - Principais conceitos

PIA - População em Idade Ativa: população com 10 anos e mais.

PEA - População Economicamente Ativa: parcela da PIA que está ocupada ou desempregada.

Ocupados - conjunto de pessoas que:

- possuem trabalho remunerado exercido com regularidade;

- possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, mas sem procura de trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procura, exerceram algum trabalho de forma excepcional nos últimos sete dias;
- possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

Desempregados - conjunto de pessoas que se encontram em uma das situações a seguir.

- **Desemprego aberto** - pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.
- **Desemprego oculto pelo trabalho precário** - compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da Pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que se encontram em alguma das seguintes situações: realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício.
- **Desemprego oculto pelo desalento e outros** - pessoas sem trabalho e que não procuraram nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Inativos (maiores de 10 anos) - parcela da PIA que não está ocupada nem desempregada.

4 - Principais indicadores

Taxa global de participação é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

Taxa de desemprego total é igual à relação Desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto.

Taxa de ocupação é igual à relação Ocupados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de ocupados.



Estado do Rio Grande do Sul

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: Presidente: José Antonio Fialho Alonso. Membros: Egídio Pedro Backes, José Renato Braga de Almeida, Olemar Antônio Teixeira, Otilia Beatriz Kroeff Carrion, Sérgio Sant'Anna Pegoraro e Valmir Antônio Susin.

CONSELHO CURADOR: Edison Deffenti, Francisco Hypolito da Silveira e João Felipe Dreyer.

DIRETORIA:

PRESIDENTE: JOSÉ ANTONIO FIALHO ALONSO
DIRETOR TÉCNICO: FLÁVIO BENEVETT FLIGENSPAN
DIRETOR ADMINISTRATIVO: CELSO ANVERSA

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (PED-RMPA)

SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Secretário: Tarcísio João Zimmermann

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL/SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (FGTAS/SINE-RS)

Diretor-Presidente: Heitor Luiz Lermen

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE)

Diretor-Executivo: Pedro Paulo Martoni Branco

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE)

Presidente: José Dilton Braga da Silva

Apoio Financeiro: MINISTÉRIO DO TRABALHO

Ministro: Francisco Oswaldo Neves Dornelles

EQUIPE EXECUTORA

Supervisão: Roberto da Silva Wiltgen (FEE), Lúcia dos Santos Garcia (DIEESE), Irene M. Sassi Galeazzi (FGTAS/SINE-RS). **Secretária:** Londi Milke (FEE).

Assessoria Estatística: Marilene Dias Bandeira (FEE).

Pesquisa de Campo: Dulce Helena Vergara (Coordenadora — FEE). **Auxiliares:** Aurora Célia V. Maciel, Clotilde Rejane Meneghetti, Silvio J. Ferreira, Valmir dos Santos Goulart (FEE). **Estagiários:** Alessandra Correa, Bruna Narjara dos Santos Tosi (FEE). **Equipe de Aplicação:** **Técnicos:** Estela Belíssimo Campos de Abreu (FEE), Juçara Zdonek Mongeló, Lisiane Nunes Pontes, Sueli Maria Cabral (FGTAS/SINE-RS). **Auxiliares:** Emerson Guedes Magalhães, Vera Lúcia Menezes (FEE). **Equipe de Crítica:** Taís Sirangelo Machado (Coordenadora — FGTAS/SINE-RS). **Técnicos:** Janet Stein, Nara Noronha Valle Machado, Rosali M. Becker, Sílvia Flores da C. Moraes (FGTAS/SINE-RS). **Controle Metodológico:** Maria Munhoz Driemeier (FGTAS/SINE-RS).

Análise Sócio-Econômica e Estatística: André Luiz Leite Chaves (Coordenador — FEE). **Técnicos:** Denise Zaions, Norma Herminia Kreling, Romeu Luiz Knob (FEE). **Estagiários:** Ana Paula Sperotto, Marco Aurélio Pimel Nogueira (FEE).

Controle de Qualidade: Elisabet Maria Salete Rosa Brack (Coordenadora — FEE). **Auxiliares:** Carmem Maria Franzoni, Cloves Jesus Lopes Evangelista, Helenita Ferreira Vargas (FEE). **Estagiários:** Anderson do Couto Soares, Alex Dimas da Luz Silva, Argeu Lucas, Carla Patrícia G. de Almeida, Cristiano Fogaça Falkembach, Marisa Nunes da Silva, Maurício J. Melo, Nilton Viganico, Rafael Silva da Silva, Rodrigo Neves Arriaga (FEE).

Conceitos e Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados;

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

Apoio: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS).

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser
Duque de Caxias, 1691 — Fone: (51) 225-9455 — Fax: (51) 225-0006
Telex: 51 (5042) — 90010-283 - Porto Alegre — RS
e-mail feeanalise@pampa.tche.br
www.fee.tche.br